



Newsletter

N.º 20 - Abril 2015

Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 Novas Regras de Controlo dos Rendimentos Prediais
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

Nesta edição de Abril da nossa Newsletter – a última edição mensal com o presente layout –, chamamos a atenção para o nosso artigo de opinião/divulgação, subordinado à temática das novas regras do controlo dos rendimentos prediais.

No que concerne à legislação, realçamos uma alteração ao regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e ainda a adoção de medidas que visam a simplificação e facilidade no acesso à atividade de alojamento temporário.

José Pina



Novas Regras de Controlo dos Rendimentos Prediais

A Lei n.º 82-E/2014, de 31 de dezembro, em vigor desde 1 de janeiro de 2015, veio proceder à reforma da tributação das pessoas singulares, introduzindo alterações profundas no Código do IRS. De entre as alterações mais relevantes consta a consagração do arrendamento como uma verdadeira atividade económica e, consequentemente, a possibilidade de dedução da maioria dos gastos que sejam efetivamente suportados e pagos pelos titulares de rendimentos prediais.

Paralelamente, foi instituído no artigo 115.º/5 do Código do IRS a obrigatoriedade de os titulares daqueles rendimentos emitirem recibo de quitação eletrónico de todas as importâncias recebidas dos seus inquilinos (sejam rendas, caucões ou adiantamentos) ou, alternativamente, entregarem à Administração Tributária, até ao fim do mês de janeiro de cada ano, por referência ao ano anterior, uma declaração de modelo oficial com a discriminação desses rendimentos.

Ora, nos termos da Portaria n.º 98-A/2015, de 31 de março, que entrou em vigor no passado dia 1 de abril e que aprova os modelos de comunicação de contratos de arrendamento, de recibo de quitação e de declaração de discriminação de rendimentos, a opção pela emissão de recibos em papel seguida da apresentação da declaração anual com a discriminação desses rendimentos apenas é possível para um número extremamente reduzido de contribuintes. São eles:

1. Quem não possua, nem esteja obrigado a possuir, caixa postal eletrónica e não tenha auferido, no ano anterior, rendimentos prediais em montante superior a 838,44 € ou, não tendo auferido naquele ano qualquer rendimento desta categoria, preveja que lhe ser pagas ou colocadas à disposição rendas em montante não superior àquele limite;

(...) a opção pela emissão de recibos em papel (...) apenas é possível para um número extremamente reduzido de contribuintes.

2. Os titulares de rendas relativas aos contratos abrangidos pelo Regime do Arrendamento Rural; e

3. Os sujeitos passivos que tenham, a 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos prediais, idade igual ou superior a 65 anos.

Ou seja, a grande maioria dos contribuintes singulares está obrigada à emissão dos recibos de quitação eletrónicos já a partir do mês de maio.

Na verdade, estas alterações produzem efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, devendo os recibos de quitação em papel emitidos nos meses de janeiro a abril ser passados eletronicamente conjuntamente com o recibo de quitação emitido no mês de maio do mesmo ano, o que não elimina a obrigação de entrega dos recibos de quitação em papel aos inquilinos, nos termos e nos prazos definidos na lei civil, nos meses de janeiro a abril de 2015.

Por outro lado, a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015), veio introduzir significativas alterações no sistema de gestão e controlo dos contratos de arrendamento e subarrendamento até aqui vigente, alterando o artigo 60.º do Código do Imposto do Selo, instituindo a obrigatoriedade de comunicação à Autoridade Tributária dos contratos de arrendamento, subarrendamento e respetivas promessas, bem como das suas alterações e cessação. Nos

termos da Portaria agora aprovada, a declaração deverá fazer-se através da submissão de uma declaração modelo 2 – “Comunicação de contratos de arrendamento” no Portal das Finanças, até ao fim do mês seguinte ao do início do arrendamento ou do subarrendamento, das alterações, da cessação ou, no caso de promessa, da disponibilização do bem locado.

Se é verdade que estas alterações permitem apontar no sentido da desmaterialização das obrigações fiscais, em paralelo com o reforço dos mecanismos de controlo, contribuindo também para a redução dos níveis de incumprimento e de evasão fiscal, também não podemos ignorar que muitos contribuintes não têm os meios ou a capacidade para recorrer ao Portal das Finanças numa base de regularidade para cumprir com as suas obrigações fiscais. Face às exigências com que o dia-a-dia se lhes apresenta, serão aqueles porventura considerados os novos iletrados do século XXI.



Miguel Martins

miguelmartins@cammp.pt



- INSOLVÊNCIA -

[Acórdão do tribunal da Relação do Porto, de 23 de março de 2015](#)

Situação de insolvência – Parecer do Administrador Judicial

A unidade do sistema jurídico concretamente o direito de defesa e a exigência de um processo equitativo consagrados no art. 20º n.º 1 e 4 da C.R.P e o princípio do contraditório plasmado nos artigos 29º e 30º do CIRE e 3º do CPC, impedem que se interpretem os artigos 17º G n.º 4 e 28º do CIRE, no sentido de equiparar o parecer do Administrador Judicial da Insolvência de que o devedor está em situação de insolvência ao reconhecimento da insolvência pelo devedor, quando este declarou no processo de revitalização que não se encontrava insolvente. Nesse caso, tem de lhe ser concedido o direito de se defender e provar a sua solvência, atento o disposto no art. 30º n.º 4 do CIRE ou ainda que o ativo é superior ao passivo, segundo os critérios do art. 3º n.º 3 do CIRE.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 14 de abril de 2015](#)

Cessão de créditos – Insolvência – Crédito – Garantia

Por via de uma cessão de

créditos, opera-se apenas uma modificação subjetiva na relação obrigacional, mantendo-se intocado o conteúdo do crédito cedido. O âmbito duma insolvência, se um crédito é julgado verificado e reconhecido como garantido, e vem posteriormente a ser objeto de uma cessão de créditos, o crédito cedido mantém a mesma natureza independentemente da pessoa do cessionário.

O facto de o cessionário ter estado em relação de domínio total com a Insolvente não tem virtualidade para desqualificar o crédito cedido, de garantido em subordinado, uma vez que tenha sido adquirido já após a declaração da insolvência e, com esta, todos os poderes de administração/disposição dos bens integrantes da massa insolvente são transmitidos para o Administrador, assim cessando os poderes de ingerência direta ou tutelar nos assuntos da Insolvente por parte da sociedade dominante. Reunindo-se na mesma pessoa a qualidade de fiador e a de beneficiário da fiança, opera-se a confusão (art. 868º do CC), extinguindo-se a garantia.

- COMERCIAL -

[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 13 de abril de 2015](#)

Contrato de locação financeira – Extinção – Resolução

Com a restituição da viatura levada a efeito pelo locatário e sua receção pela sociedade locadora foi extinto o sinalagma funcional cedência do

gozo/pagamento da prestação. Essa extinção pode ser interpretada como extinção do próprio contrato. Extinto esse sinalagma, deixou de ser possível à locadora resolver o contrato com o fundamento na falta de pagamento de rendas. Não poderá ser considerada como de abuso do direito a invocação feita da nulidade do contrato quando a locadora alega como causa de pedir a resolução do contrato e os direitos que daí para si resultam contratualmente e Jamais, quanto a este aspeto, o R. criou na A. a confiança de que não arguiria a falta de entrega do duplicado do contrato e a falta de esclarecimento do respetivo clausulado.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15 de abril de 2015](#)

Propriedade industrial – Registo de marca – Registo de firma ou denominação social

O Código de Propriedade Industrial de 1995 prevê expressamente, no art. 5º, n.º 4 e no art. 214º, n.º 5, um prazo de 10 anos para a propositura da ação de anulação do registo de firma ou denominação social e do registo da marca. Não prevendo esse mesmo código norma específica sobre o prazo para a instauração de ação de anulação do registo de um nome ou insígnia, é de concluir, não pela sua invocabilidade a todo o tempo, mas pela existência de uma

lacuna na lei, a ser integrada de acordo com o disposto no art. 10.º do CC.

Existindo no CPI de 1995 um regime específico – constante do art. 214.º, no qual se inclui o prazo para a propositura da ação de anulação de marcas como sendo de 10 anos – é de aplicar analogicamente este mesmo prazo para as ações de anulação do nome ou insígnia, ao invés de recorrer à analogia com o art. 287.º do CC.

Com efeito, o nome e a insígnia, à semelhança do que ocorre com a firma ou denominação social, marca, logótipo e denominação de origem, incluem-se no grupo dos sinais distintivos do comércio.

Assim sendo, se a marca possui uma natureza semelhante ao nome e insígnia do estabelecimento, devem os respetivos regimes jurídicos ter um tratamento igual, nomeadamente para efeitos de prazo de propositura de ação de anulação.

Esta intenção do legislador resultou reforçada com o CPI de 2003 que, suprimindo a lacuna existente no código de 1995, estabeleceu idêntico prazo de 10 anos para todos os sinais distintivos do comércio.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 16 de abril de 2015](#)

Livrança – Interrupção – Prescrição

Uma carta enviada pela executada à exequente, referindo-se à liquidação da livrança (e em que pede mais 60 dias para apresentar proposta de pagamento da quantia em

dívida titulada por essa livrança), só pode significar um expresse “reconhecimento” do direito da exequente; É que se admite necessariamente a existência da dívida quando se declara pretender pagá-la – pelo que essa declaração terá de produzir o efeito interruptivo da prescrição previsto no art.º 325º, nº 1, do Código Civil.

- CIVIL -

[Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 26 de março de 2015](#)

Redução da cláusula penal

Dada a função indemnizatória da cláusula penal, esta é nula quando exceder o valor do prejuízo resultante do incumprimento da obrigação, conforme flui da norma ínsita no n.º 3 do artigo 811º do Código Civil – por existir desproporcionalidade entre ela e os danos a ressarcir.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15 de abril de 2015](#)

Contrato de empreitada – incumprimento – Desistência – Interpelação admonitória – Cálculo da indemnização

No âmbito de um contrato de empreitada, em que não se encontra estabelecido um prazo essencial e em que o empreiteiro suspenda a execução da obra por considerar haver atraso nos pagamentos devidos pelo dono da obra, a rutura da relação negocial, por parte deste, sem prévia interpelação admonitória

daquela, equivale a desistência, nos termos e para os efeitos do art.º 1229.º do CC.

A indemnização devida em virtude dessa desistência corresponderá:

- i) – Por um lado, os gastos e trabalhos já suportados pelo empreiteiro à data da desistência, independentemente do preço convencionado, sem se atender à utilidade que a parte executada possa ter para o dono;
- ii) – Por outro lado, ao proveito que o empreiteiro deixou de tirar com a realização completa da obra, a apurar pela diferença entre o custo global da obra e o preço convencionado.

Todavia, determinado que seja o preço global da empreitada, que inclui materiais, mão-de-obra e proveitos ali incorporados, e apurado o valor dos trabalhos não realizados, sem que se prove qualquer outro proveito frustrado, a indemnização corresponderá à diferença entre aquele preço e o valor dos trabalhos não realizados, sem que se mostre relevante discriminar, nessa diferença, a parcela relativa aos gastos e trabalhos realizados e a parcela do proveito frustrado. Dependendo o valor da indemnização devida pela desistência do dono da obra do apuramento dos gastos e trabalhos parcialmente realizadas, não se pode considerar, sem mais, imputável ao devedor a falta dessa

liquidação, só se tornando líquida a obrigação em face de tal apuramento.

[Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 16 de abril de 2015](#)

Registo da hipoteca – Responsabilidade civil do Banco

Um Banco responde pelos prejuízos causados pelo facto de não ter tirado atempadamente um registo de hipoteca a seu favor, quando o deveria ter feito, por ter sido pago do crédito respetivo, com isso originando a que o proprietário do prédio não o pudesse ter vendido por o promitente-comprador se ter recusado a outorgar na escritura devido ao registo daquele ónus.

- LABORAL -

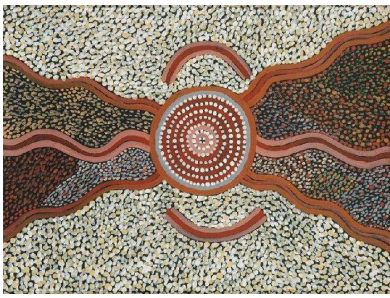
[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 15 de abril de 2015](#)

Procedimento disciplinar – Caducidade e Prescrição – sanção abusiva

No procedimento disciplinar previsto para a aplicação de sanções conservatórias do contrato de trabalho, e cuja tramitação se encontra nos artigos 329º e seguintes do CT/2009, o procedimento deve iniciar-se nos 60 dias subsequentes àquele em que o empregador, ou o superior hierárquico com competência disciplinar, teve conhecimento da infração, interrompendo-se este prazo com a sua instauração. Estabelece o n.º 3 do artigo 329º

do CT que o procedimento disciplinar prescreve decorrido um ano contado da data em que é instaurado quando, nesse prazo, o trabalhador não seja notificado da decisão final. E iniciando-se o seu curso na data da instauração do procedimento, conta-se para este efeito o tempo decorrido até à notificação da decisão final, sendo irrelevante o prazo decorrido com a reclamação para o escalão hierarquicamente superior apresentada ao abrigo do nº 7 do mesmo preceito. Constitui infração disciplinar todo e qualquer comportamento do trabalhador que viole os seus deveres contratuais, nomeadamente os que estão elencados no nº 1 do artigo 128º do CT. O regime das sanções abusivas materializa uma forma de tutela específica dos trabalhadores contra o abuso no exercício do poder disciplinar por parte do empregador, sobretudo quando o poder disciplinar é usado como forma de reação contra o exercício legítimo dos seus direitos. Não se pode considerar abusiva a sanção aplicada pela entidade empregadora na sequência da prática de factos integrativos de ilícito disciplinar, pois a ilicitude da conduta do trabalhador, demonstrando haver fundamento para a sua punição, afasta a ideia de que subjacente ao exercício do poder disciplinar se encontrava uma medida de retaliação por este ter reclamado contra as condições de trabalho.





assalariados em caso de insolvência do empregador.

PRINCIPAIS NOVIDADES LEGISLATIVAS

- FISCAL -

Decreto Regulamentar n.º 4/2015, de 22 de abril de 2015

Procede à quarta alteração ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, que estabelece o regime das depreciações e amortizações para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, introduzindo, nomeadamente, limitações à dedução de gastos para efeitos fiscais.

- LABORAL -

Decreto-Lei n.º 59/2015, de 21 de abril de 2015

Aprova o novo regime do Fundo de Garantia Salarial, previsto no artigo 336.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, transpondo a Diretiva n.º 2008/94/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2008, relativa à proteção dos trabalhadores

- CIVIL -

Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23 de abril de 2015

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto, que estabelece o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, procedendo à simplificação e facilidade no acesso à atividade de alojamento temporário, introduzindo novos requisitos no regime dos *Hostels*.

- PENAL -

Lei n.º 30/2015, de 22 de abril de 2015

Trigésima quinta alteração ao Código Penal, sexta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, primeira alteração à Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, primeira alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, e primeira alteração à Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, no sentido de dar cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal em matéria de corrupção pelo Grupo de Estados do Conselho da Europa contra a Corrupção, pelas Nações Unidas e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

- URBANISMO -

Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril de 2015

Identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e revoga a Portaria n.º 232/2008, de 11 de março.

Portaria n.º 115/2015, de 24 de abril de 2015

Primeira alteração à Portaria n.º 349-A/2013, de 29 de novembro que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ).

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | www.cammp.pt
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877
advogados@cammp.pt

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.